

## **O TRABALHO NO BRASIL: ENTRE REESTRUTURAÇÕES E REFORMAS**

**Jacob Carlos Lima**<sup>1</sup> – email: jacobl@uol.com.br  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Departamento de Sociologia  
Rodovia Washington Luís, s/n,  
CEP: 13.565-905 – São Carlos – São Paulo – Brasil

Há uns quatro anos atrás, no final de uma aula da disciplina Sociologia do Trabalho, no curso de ciências sociais da minha universidade, um aluno veio conversar comigo e me disse que trancaria sua matrícula e abandonaria o curso. Não que estivesse insatisfeito com as discussões e o conhecimento que estava obtendo, que tinham lhe propiciado uma visão crítica da sociedade, um contato com o mundo real, para além da ignorância das aparências. Entretanto, esse conhecimento o deixava deprimido, desalentado, por não ver saída, por não perceber como poderia atuar e contribuir para a mudança social num mundo em crise permanente e cada vez pior. Também não conseguia mais ver no trabalho, e conseqüentemente na classe social, um caráter emancipatório ou potencialmente transformador. Ao contrário, a situação era de uma continua precarização das relações de trabalho e da vida em geral, uma fragmentação das formas de resistência que não permitia pensar em movimentos sociais fortes para intervirem no rumo dos acontecimentos. E finalizou dizendo que iria procurar alguma coisa prática para fazer que não o obrigasse a pensar muito, afinal a razão desencanta.

Depois disso perdi o contato com o aluno e não sei se ele conseguiu se livrar dos efeitos da maçã do conhecimento, retornando ao mundo das falsas percepções, mas, que em vários momentos, parecem dar mais sentido a existência.

---

<sup>1</sup> Graduado em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1979), Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1992), com Pós-doutorado no Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology (EUA-2001). Foi professor da Universidade Federal da Paraíba (1982-2004), e atualmente é Professor Titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Foi Coordenador da Área de Sociologia na CAPES (2011-2014) e integra desde 2016 o Comitê de Assessoramento da área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq. É vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2017-2019). Atua em pesquisas nas áreas de Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica, destacando-se as seguintes temáticas: reestruturação produtiva, reespecialização da produção; trabalho flexível; trabalho informal; empreendedorismo; redes sociais e mercados de trabalho urbanos; trabalho informacional; cooperativas de trabalho e economia solidária; culturas do trabalho e mobilidades

Depois disso fiquei matutando acerca do trabalho enquanto possibilidade transformadora que marcou as lutas sociais do século XX e que nas últimas décadas, no bojo da “modernidade” neoliberal, tinha perdido esse significado. Essa reflexão me trouxe ao mote publicitário utilizado pelo atual ocupante do palácio do Planalto para justificar sua atuação: o Brasil voltou, 20 anos em dois. De fato, essa periodização dos marqueteiros governamentais, traída pela vírgula, permite entender o retrocesso político, econômico social que estamos vivendo e a sensação que voltamos à década de 1990. Década esta, marcada por reestruturações e reformas, que agora são retomadas a toque de caixa como a grande solução para os males e a crise que estamos vivendo. Enfim, em dois anos, o grupo de sempre, que historicamente mantém sua dominação no país e contribuindo ostensivamente para uma das maiores desigualdades sociais do planeta, retornou para terminar o serviço.

Mas de quais reestruturações e reformas estamos falando? Afinal, não vivemos isolados do mundo e quando falamos em reestruturação econômica, ou reestruturação produtiva, estamos nos referindo às transformações no capitalismo a partir da década de 1970 que passamos a vivenciar de forma mais plena a partir do final da década seguinte. Essas transformações se tornaram conhecidas por vários nomes: globalização; pós-modernidade; modernidade líquida; sociedade informacional, modernidade neoliberal, entre outras, sempre enfatizando alguns aspectos que no conjunto trazem a ideia de flexibilidade, instabilidade e precarização, vinculando trabalho a perda de direitos sociais, afetando a nossa vida como um todo.

No Brasil, no final dos anos 1980, ainda sob efeito dos ares da democratização do fim da ditadura militar, comemorávamos as liberdades reconquistadas e as esperanças infinitas nas possibilidades abertas. Mesmo com a democratização à brasileira, contida, lenta, “segura” e gradual, sem grandes acertos de contas com o passado, tivemos na constituição de 1988 promessas de maiores liberdades e direitos sociais. Os movimentos sociais estavam com pleno vigor e os movimentos dos trabalhadores se reorganizavam, se mobilizavam e cresciam na contramão do que ocorria na Europa e Estados Unidos, com a dupla Reagan e Thatcher, desregulando o capitalismo em nome da competitividade internacional e rentabilidade do capital. Desregulação essa que propunha a saída do Estado como mediador das relações capital-trabalho e da construção de uma sociedade de bem-estar social.

A América Latina, como sempre, mais realista que o rei, rapidamente incorporou o discurso da redução do Estado e passou a implantar reformas com fracassos retumbantes. No Chile, um

relativo sucesso (se nos restringirmos a dados econômicos desvinculados do social) se deu num contexto de ditadura militar, quando reformas foram feitas sobre botas e sabres e resultou num crescimento econômico visto como modelo para seus articuladores nacionais e internacionais; na Argentina, o fracasso monumental das reformas quebrou o país em 2000, e depois um interregno de alguns anos de governo de caráter mais popular, o atual , de memória curta, parece que insiste em retomar esse caminho.

Entre nós, as reformas vieram com a estabilização econômica que, se por um lado, debelou os altos índices inflacionários, por outro, significou o desmonte e desnacionalização de setores produtivos, privatizações suspeitas e tentativas de reformas trabalhistas para flexibilizar as relações de trabalho. São desse período o debate sobre a requalificação profissional exigida por essas mudanças e que vieram acompanhadas por outras, principalmente as tecnológicas e organizacionais, que eliminaram carreiras e postos de trabalho através do enxugamento das empresas, com um aumento vertiginoso do desemprego, da informalização, da redução e desestruturação de categorias de trabalhadores e a ameaça continua de fechamento de postos de trabalho.

A flexibilização das relações de trabalho teve impulso com ataques sistemáticos à CLT vista como ultrapassada, com emendas e medidas provisórias que, sem alterar a Constituição, permitiram o crescimento das terceirizações, da implementação de contratos temporários, da criação do banco de horas, da liberação do trabalho voluntário, da contratação de prestação de serviços sem vínculo empregatício, da redução de jornada, da dispensa temporária entre outras. Basta lembrar o *boom* de cooperativas de trabalho no início da década de 1990, que nada mais eram do que formas disfarçadas de trabalho assalariado e que, progressivamente, foram fechadas pela fiscalização das delegacias de trabalho e do Ministério Público do trabalho. As empresas e instituições públicas que não foram privatizadas, entraram nessa mesma lógica, eliminando benefícios, adotando planos de demissão voluntária e fazendo contratos mais enxutos, ou com menos direitos, além de terceirizar atividades consideradas não essenciais.

O sindicalismo perdeu a força que adquiriu no final dos anos de 1970, com o desemprego, principalmente no setor industrial e das demissões sistemáticas. Por outro lado, isso resultou numa atuação mais abrangente desse sindicalismo, que ampliou sua atuação para além da relação imediata capital e trabalho. A partir dessa década, as Centrais Sindicais passaram a se

integrar a debates mais amplos, a discutir desenvolvimento, cidadania, inclusão social, combate à pobreza, economia solidária, participando da incubação de cooperativas, entre outras atividades.

Essas mudanças que integram o dito capitalismo flexível, atacaram diretamente a relação salarial com contratos de trabalho por tempo indeterminado e os direitos sociais a ela acoplados como saúde e previdência social que marcaram, desde a década de 1930, o que Santos (1979) chama de cidadania regulada. E esse ideário foi incorporado pelos trabalhadores brasileiros, mesmo que 50% da força de trabalho nunca tenha tido acesso efetivo a esses direitos. Mas constituíram-se numa possibilidade de futuro e de organização da vida, por mais frágil e insuficiente que essa relação significasse em termos de segurança para o trabalhador. Foi a nossa versão da sociedade do trabalho – incompleta, instável, mas que indicava um caminho para a melhoria da vida, um futuro, uma mobilidade social através do trabalho.

Enquanto na Europa discutia-se (e discute-se) a crise da sociedade salarial, no Brasil passamos a vivenciar o fim da possibilidade de construção desse tipo de sociedade. A informalidade que nos anos 1990 chegou em torno de 70% da força de trabalho ocupada, foi ressignificada. Antes, um símbolo do atraso de uma sociedade subdesenvolvida com baixa industrialização, tornou-se “trabalho flexível” por excelência. Saí a sociedade salarial, caracterizada por coletivos de trabalho, e entra em cena o empreendedorismo individual. Um empreendedorismo dos pobres e para os pobres, na perspectiva de não dar o peixe, mas a vara de pescar. Mas que não irá se limitar aos pobres. Torna-se a tônica do discurso empresarial, do trabalhador desejado pelas empresas que, mesmo numa relação subordinada, deve ser um empreendedor de si mesmo para garantir sua empregabilidade. Polos industriais e de serviços marcados pela informalidade tornam-se exemplo das possibilidades empreendedoras e de como competir com os produtos importados, chineses principalmente, com a abertura do mercado brasileiro para as exportações. Fábricas se deslocam do sul-sudeste para o nordeste em busca de mão de obra barata e de incentivos fiscais dos governos estaduais. As montadoras de automóveis procuram novos espaços livres do trabalho organizado e se distribuem em vários estados do país, reduzindo salários em mais de 1/3. É a reestruturação do espaço produtivo, com a incorporação de novos territórios à economia global.

Assistimos o crescimento do terceiro setor, definido como um híbrido de público e não estatal; buscou-se na implementação de políticas governamentais, privilegiar ONGs e Organizações Sociais para o gerenciamento de serviços públicos e contratação de trabalhadores para cumprir as “necessidades” de ajuste fiscal. A lógica dominante era “menos Estado”, e uma visão empresarial deste Estado, administrado segundo esta lógica, mas apenas nas questões vinculadas a reprodução social dos trabalhadores. O Estado continuou atuante na formulação de políticas de benefício e socorro de bancos e empresas e no fortalecimento dos chamados fundamentos da economia: a criação de um ambiente favorável aos negócios, o mercado como rei absoluto, alegoria fantasmagórica que passa a pairar sob a sociedade e justificar políticas estatais excludentes. O resto se adequaria a isso, no velho e gasto discurso liberal, recauchutado pela modernidade globalizada.

Essas mudanças, entretanto, enfrentaram forte oposição política e dos movimentos sociais e sindicais que restringiram o alcance das tentativas de reformas da CLT e da Previdência Social na perspectiva da eliminação de direitos. Não as impediu, mas as limitou. Afinal, a reestruturação não foi apenas econômica, mas política, e enfrentou resistências da sociedade organizada em partidos, sindicatos e movimentos sociais, mesmo com o discurso hegemônico do caminho único. Não existiria saída fora dessas reformas e reestruturação.

A década de 2000, assistiu o fracasso de experiências neoliberais na América Latina e em vários países do mundo. A proposta neoliberal foi derrotada nas urnas com a ascensão dos governos do PT. Este, embora tenha mantido os “fundamentos da economia”, dentro da lógica neoliberal, conforme a “carta aos brasileiros” para apaziguar o “mercado”, implementou algumas mudanças substanciais com resultados positivos em termos de melhoria de vida da população, como a valorização do salário mínimo, a maior formalização das relações de trabalho e, destacadamente, políticas sociais compensatórias que, pela primeira vez, reduziram a pobreza absoluta no país. A conjunção com um contexto econômico internacional favorável, possibilitou a criação de milhares de empregos, embora voltados a atividades de baixa qualificação, dada a não alteração da matriz industrial do país voltada a produção de bens de consumo duráveis e ao agronegócio exportador.

A crise 2008-2009, não afetou diretamente o país que até 2013 manteve uma situação econômica favorável e ascendente. O caráter de coalisão presente no governo federal dificultou a implementação de mudanças políticas e econômicas estruturais, pouco afetando

nossa histórica desigualdade social, mas eliminando a miséria e favorecendo uma inserção social pelo consumo. Esse processo foi pouco politizado, mantendo a racionalidade neoliberal presente na individualização desse consumo e na desmobilização de parte dos movimentos sociais que, em tese, estariam no governo.

Assistimos a continuidade dos processos de terceirização e de mudanças no emprego público, com o crescimento de formas de prestação de serviços como a pejotização, e dos modos de formalização fora da relação salarial como, por exemplo, o programa do Microempreendedor Individual (MEI). O ideário empreendedor continuou se fortalecendo. Prosseguiu o debate sobre a necessidade de reforma da CLT ultrapassada, segundo os empresários, e da previdência social, vista como responsável do crescente déficit das contas públicas.

É desse período também a expansão de serviços dentro de uma nova lógica marcada pela utilização de tecnologias informacionais com impactos no emprego e nas formas de envolvimento da força de trabalho e da sociabilidade em geral. É o “tecnoliberalismo”, no qual as tecnologias digitais e a flexibilidade da produção se complementam. Longe de qualquer determinismo tecnológico, podemos afirmar que essas tecnologias são flexíveis em sua concepção permitindo a flexibilização de formas de produção e de controle. Irá permitir maior compressão do tempo e espaço, favorecendo a incorporação de novos territórios e populações ao capitalismo global. A produção pode ser realizada em qualquer canto da terra, onde a mão de obra seja mais barata. Transportes mais rápidos e mais baratos ligam todos os pontos da terra. O controle se dá em tempo real através de dispositivos digitais e a comunicação interconectada globalmente. A empresa-rede no dizer de Castells(1999), torna-se a referência nas cadeias de terceirização.

Esse processo vem desde os anos 1990 e com a crescente utilização da internet se insere em todas as formas produtivas e da organização da vida de uma forma geral. Tem múltiplas facetas, que se agregam às tecnologias digitais, desde as nanotecnologias na produção de alimentos, medicamentos e outras aplicações, à automação industrial e a racionalização da produção, circulação, distribuição e consumo. No trabalho, favorece as alterações nas jornadas de trabalho e sua intensificação, o controle digital do trabalho que elimina ou reduz a necessidade da supervisão física, o borramento de limites entre tempo de trabalho e tempo de lazer, do trabalho e da vida pessoal. Mais uma reestruturação, ou mesmo revolução, a chamada indústria 4.0, com a interconexão de atividades propiciada pela internet das coisas.

O trabalho se reestrutura. O trabalho informacional, marcado por conhecimento intensivo, pelo desenvolvimento de linguagens e interpretação de algoritmos, levou alguns teóricos a profetizar seu caráter emancipatório dado valor do trabalho vivo na elaboração de produtos de caráter imaterial (Lazaratto; Negri: 2001; Moulier-Boutang, 2011; Corsani, 2003). Alteram-se as relações homem-máquina. O computador ilustra um novo tipo de maquinaria inespecífica, que depende do desenvolvimento de softwares que estabelecem e programam sua atividade conforme o uso pretendido. A hipótese do capitalismo cognitivo discute o trabalho como uma possibilidade de empoderamento do trabalho pela impossibilidade do capital controlar o conhecimento incorporado na subjetividade do trabalhador. Por outro lado, os céticos dessa proposta indicam a subordinação desse tipo de trabalho cognitivo às lógicas da produção capitalista e sua descaracterização pela divisão e especialização de tarefas.

O trabalho digital possui um caráter compartilhado e colaborativo possibilitado pela tecnologia e ilustrado pelo desenvolvimento de softwares abertos construídos coletivamente por internautas, mas que grandes empresas multinacionais também se utilizam e os fecham, tornando-os privados. O compartilhamento e a colaboração estão nas trocas entre os internautas que, em tese, estariam colaborando na construção de um software, mas em grande parte das vezes eles estão testando produtos gratuitamente para empresas, como no caso dos games e softwares os mais diversos.

Capitalismo cognitivo, capitalismo compartilhado, capitalismo de plataforma. Este último, como tendência desse novo momento que se difunde rapidamente e que tende a eliminar categorias profissionais e mudar substancialmente o trabalho e as relações de trabalho. Conhecido também como uberização, faz com que o patrão e mesmo a empresa desapareçam fisicamente. O trabalhador passa a ter contato com uma plataforma digital para a qual presta serviços e que recolhe 25% do produzido: nenhuma formalização. Trata-se de prestação de serviço no qual o cliente avalia e é avaliado pelo trabalhador. Além do serviço de taxi que compete com formas regularizadas, tornando-o o mais barato e atraente para o cliente, há a entrega variada de produtos, além de experiências na área de educação nas quais as escolas oferecem cursos virtuais em qualquer horário com professores à disposição. E temos ainda propostas de prefeituras para complementar o quadro de professores da rede pública, como no caso de Ribeirão Preto, que tinha um projeto de contratar professores substitutos através de plataforma digital. Na Inglaterra, houve propostas similares para a contratação de médicos e

enfermeiros. Em comum, não apenas a flexibilização dos contratos, mas sua eliminação pura e simples.

Podemos falar numa tendência a precarização dada pelas novas tecnologias. Autores como Rifkin (2016) apontam que não haveria boas notícias, pois, o trabalho tenderia a ser casual, temporário, sem direitos, enfim, precário. Outros como Scholz(2016) vai pelo caminho contrário advogando uma possibilidade de um cooperativismo de plataforma, como forma alternativa a exploração através das tecnologias digitais a partir da construção de novas formas de solidariedade.

Esse quadro não se constrói sem resistências e ela assume formas fragmentárias e dispersas. Os dispositivos digitais ao mesmo tempo que permitem as empresas o controle do trabalho a distância, permitem que os trabalhadores se conectem por esses mesmos dispositivos como forma de se organizarem contra essas empresas. Isto tem acontecido na Europa e Estados Unidos em protestos contra o Uber, por exemplo, e contra uma série de empresas plataformas, sendo que esses movimentos têm tido ganhos, embora ainda pouco significativos.

A desvinculação trabalho e direitos sociais tem sido acompanhada pela efetivação de novas formas de trabalho, precárias em sua origem, embora numa embalagem de modernidade tecnológica. E, não apenas formas de trabalho, mas também de sociabilidades. Sites de relacionamentos e de redes sociais crescem com dispositivos portáteis com internet que nos deixam disponíveis todo o tempo para o trabalho e para todo o resto, uma vez que agora as plataformas nos fornecem mercadorias físicas e imateriais, companhias e afetos, enfim reorganizam nossa existência através de likes.

Novas categorias de trabalhadores surgem, os infoproletários de Antunes e Braga (2009), o cyberproletariado de Huws (2001), o precariado de Standing (2014) e Braga(2012). Uma variável importante para considerarmos esse novo mundo do trabalho é a escolarização dos trabalhadores. Mesmo em nosso país, temos contingentes crescentes de trabalhadores com ensino fundamental e médio completo, o que não acontecia há 30 anos atrás. Tal como o precariado europeu, composto por trabalhadores escolarizados, temos uma situação que merece ser considerada nas transformações que passamos. Os dispositivos digitais exigem habilidades cognitivas para sua utilização. O trabalhador agora é outro, mais escolarizado e informado



E voltamos para os dois anos que nos levaram de volta aos anos 1990. A reestruturação econômica dos anos 1990, quando chega efetivamente entre nós, veio acompanhada de mudanças políticas e pela revolução tecnológica e foi aprofundada nas décadas seguintes. A nova razão do mundo (DARDOT e LAVAL, 2016) do neoliberalismo, tem perpassado governos de direita e de esquerda, com diferenças nas formas de abordagem da questão, mas sem enfrentamento. De uma forma ou outra, mesmo com os fracassos, continua de forma hegemônica como discurso único, a salvação do capitalismo, pelo capitalismo, embora a realidade dos fatos, na maioria dos países do mundo isso não se confirme, ao contrário.

A nova reforma trabalhista veio dar conta daquela iniciada há 20 anos atrás. O golpe parlamentar, em seu primeiro ano, sem resistências das ruas, com uma oposição esfacelada e com um congresso e um judiciário cúmplices rapidamente aprovou as medidas “liberalizantes”: flexibilidade de contratação e demissão; liberação total da terceirização; ampliação de contratos temporais, parciais e intermitentes; teletrabalho; Pessoa Jurídica (PJ); redução de gastos indenizatórios (aviso prévio, FGTS, seguro desemprego); flexibilização da jornada de trabalho - Banco de Horas; compensação individual; extensão jornada de trabalho 12x36 a todas as categorias; redução da hora de almoço; não pagamento das horas "em trânsito"; não pagamento de horas extras no home office; pagamento de horas efetivamente trabalhadas; contrato zero hora, entre outras bondades.

Tal como demonstrado no Chile de Pinochet, o neoliberalismo não precisa de democracia, e agora, nem mais dos militares para fazer o serviço. O que temos no Brasil hoje evidencia essa situação. Um presidente com menos de 5% de apoio faz o que bem entende, o congresso legisla o interesse privado de seus membros e o judiciário legitima, desde que não “reformem”, obviamente, seus privilégios.

Mas isso não significa o fim da resistência ou o fim da política. Assistimos estupefatos um movimento de resistência que não conseguimos analisar dentro dos parâmetros tradicionais do movimento sindical. A paralisação dos caminhoneiros juntou diversas lutas: uma insatisfação com a política do atual governo com relação aos combustíveis, que também é das empresas, uma organização difusa dos trabalhadores que nos deixou em dúvida sobre se foi uma greve ou um locaute, considerando que as empresas representam 60% do que é distribuído por via rodoviária. Um movimento no qual os sindicatos foram secundários, ninguém sabia quem representa quem. E o WhatsApp e os dispositivos digitais se constituíram nas formas de

comunicação por excelência, não apenas em termos de organização, mas também de negociação.

Estivemos frente a um movimento social confuso em seus apoios políticos, que variou da extrema direita a extrema esquerda e que fugiu do modelo de conflito capital-trabalho que marcou o século XX. As relações sociais e políticas extrapolam binarismos presentes na relação capital-trabalho, patrão e empregado. Novos atores estão em cena, mais clientes, consumidores, empresas e plataformas. Essa mesma confusão nos abarcou nos movimentos espontâneos do ano de 2013, misturando entusiasmo e desconfiança. Tal como aqueles, seus rumos são incertos indo do espectro mais reacionário ao quase revolucionário. E não foi só no Brasil. Nos empolgamos com os “Podemos” na Europa, os movimentos organizados pela internet, pela primavera árabe como uma nova forma de fazer política. Seus resultados foram decepcionantes de forma geral, mas escancara a complexidade do momento atual, que junta multiplicidades sociais, políticas, identitárias, corporativas, em lutas fragmentadas na qual a política é desqualificada e desmoralizada.

Com todas essas reestruturações, reformas e fragmentação política, fica difícil convencer meu aluno desistente em reverter sua decisão de abandonar o curso, insistindo que sua perspectiva crítica é um instrumento de resistência e que esta é fundamental nos avanços sociais. Por menos atraente que seja o trabalho em suas perspectivas emancipatórias fortemente presentes no século passado e cada vez mais difíceis de perceber, é nessa atividade que nos realizamos como indivíduos e que sobrevivemos. Direitos sempre foram produto de lutas e nunca foram permanentes. O capital nunca foi civilizado para considerar nossas necessidades como seres humanos. A crítica nos permite perceber o real em suas múltiplas dimensões e lutar pela transformação social e contra os retrocessos. As novas tecnologias estão aí para ficar, assim como as novas formas de organização coletiva, que nos desafia a repensar o que estamos entendendo por formas de ação coletiva, resistências e a ação política e assim compreender a sociedade em permanente mutação.

As sociedades não são estáticas, governos passam e a luta emancipatória por melhores condições de vida, ora se fragmentam e fragilizam, mas não desaparecem.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez ; COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo. (org). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 15-32.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARDT, M.; NEGRI, Antonio; VARGAS, Berilo. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HUWS, Ursula The making of a cybertariat? virtual work in a real world. Working Classes, Global Realities, **Socialist Register**, v. 31, p. 1-23, 2001.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

MOULIER BOUTANG, Yann. **Cognitive Capitalism**. Cambridge(UK): Polity Press, 2011

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e a eclipse do capitalismo. São Paulo, M.Books, 2016.

SADIN, Éric. **La silicolonisation du monde**: le irresistible expansion du libéralisme numérique. Paris: Éditions L'Échappée, 2017.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento cooperativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

---